



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2488 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 11 - Política da Educação Superior

Educação Superior nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise a partir da experiência do Instituto Federal do Rio de Janeiro
Fabíola Leonor de Paula Ramos - UFRRJ - PPGEDUC - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo: O presente trabalho é fruto de análise sobre a implantação e desenvolvimento de cursos superiores nos Institutos Federais. Tomou-se como referencial empírico os cursos de graduação ofertados pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro. O objetivo é compreender como IFRJ cumpre os objetivos estabelecidos para a educação profissional da classe trabalhadora em nível do ensino superior. Trata-se de uma análise qualitativa, de caráter descritivo, que se insere na categoria de pesquisa documental. A título de conclusão, a análise aponta duas considerações: 1) que as reformas na educação ocorridas no Brasil fazem parte do movimento de recomposição da burguesia face a crise orgânica do capital, sendo assim, a burguesia necessita da incorporação da classe trabalhadora no seu projeto de sociedade e 2) que é fundamental a construção do debate contrário ao processo de universalização da educação, que reduz a formação às necessidades estritas do mercado.

Palavras chaves: Formação Profissional, Educação Superior, Institutos Federais.

Educação Superior nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise a partir da experiência do Instituto Federal do Rio de Janeiro

Resumo: O presente trabalho é fruto de análise sobre a implantação e desenvolvimento de cursos superiores nos Institutos Federais. Tomou-se como referencial empírico os cursos de graduação ofertados pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro. O objetivo é compreender como IFRJ cumpre os objetivos estabelecidos para a educação profissional da classe trabalhadora em nível do ensino superior. Trata-se de uma análise qualitativa, de caráter descritivo, que se insere na categoria de pesquisa documental. A título de conclusão, a análise aponta duas considerações: 1) que as reformas na educação ocorridas no Brasil fazem parte do movimento de recomposição da burguesia face a crise orgânica do capital, sendo assim, a burguesia necessita da incorporação da classe trabalhadora no seu projeto de sociedade e 2) que é fundamental a construção do debate contrário ao processo de universalização da educação, que reduz a formação às necessidades estritas do mercado.

Palavras chaves: Formação Profissional, Educação Superior, Institutos Federais.

Introdução

A proposta para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, iniciada em 2003, concretizada no segundo

mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, delineou uma nova estrutura organizacional para a educação profissional brasileira: os Institutos Federais (IFs). Os IFs foram criados pela Lei nº 11.892/2008 para ofertar educação profissional em todos os níveis e modalidades, desde a Educação Básica à Educação Superior. Tal definição encontra-se explicitamente definida na própria Lei (BRASIL, 2008, art.2º),

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados, na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta lei.

Os IFs correspondem à *reinstucionalização* de antigas escolas técnicas federais e CEFETs sua composição foi realizada pela agregação / transformação da maioria delas.

A lei apresenta a diferenciação de criação dos IFs classificando-os como “mediante transformação” nas ocorrências em que a criação do IF se realizou por meio de uma única instituição de ensino, a classificação utilizada menciona o termo “mediante mais de uma instituição de ensino, a classificação utilizada menciona o termo “integração” (OTRANTO; PAIVA, 2016, p. 13)”.

Esse movimento resultou na formação de 38 (trinta e oito) IFs que passaram a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, juntamente com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e o de Minas Gerais (CEFET MG).

Os Institutos Federais (IFs) são instituições equivalentes às universidades e de acordo com as determinações da Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 7º, inciso VI, alínea B, deve oferecer cursos de educação superior (cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura, cursos de bacharelados e engenharia, cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu). Pode-se afirmar que a reforma da educação profissional e tecnológica está se desenvolvendo em duas grandes frentes. Primeiramente a que foi instituída pela Lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e que afeta diretamente a educação superior no país [...] (MANCIBO, 2015, p. 85).

Considerando que a criação dos Institutos Federais possibilitou a expansão da rede federal e conseqüentemente ampliação da oferta do ensino superior, a proposta do referido estudo foi motivada pelo desejo de compreender como vendo se dando o processo de implantação e desenvolvimento da educação superior no âmbito dos IFs.

Há o intento de esclarecer, para aqueles que se preocupam com a formação profissional, como está se concretizando a ampliação da oferta do ensino superior e a suposta qualificação e elevação da escolaridade para a classe trabalhadora.

A presente pesquisa faz parte dos estudos iniciais da pesquisadora sobre a Educação Superior nos institutos federais, tema o qual aprofundará nos seus estudos de mestrado.

Diante da realidade multifacetada dos Institutos Federais no que tange a sua constituição e suas possibilidades de oferta (da educação básica à educação superior), a proposta do referido estudo é entender como os IFs que são oriundos da agregação/ transformação de tradicionais escolas técnicas se organizam para a oferta da educação superior de modo a cumprir os objetivos previstos legalmente? De que forma a experiência na formação de nível técnico pode impactar na implantação e no desenvolvimento dos cursos de graduação ofertados?

Alguns estudos já realizados por Otranto e Souza sobre os Institutos Federais nos apontam para a necessidade de uma análise que leve em conta que as instituições que compuseram os IFs já existiam e tinham, portanto, uma identidade construída e, ao incorporarem aos IFs, tiveram que se adaptar a uma nova realidade, como a própria expansão da educação superior, nessas instituições, sem tradição na referida modalidade de ensino.

Tomou-se como referencial empírico para a presente pesquisa os cursos de graduação ofertados pelos Institutos Federais do Rio de Janeiro.

Delimitação do Objeto de Estudo

O Instituto Federal do Rio de Janeiro nasceu da transformação do Centro Federal Tecnológico de Química de Nilópolis (CEFETQ). Foi incorporada a essa nova instituição o Colégio Agrícola Nilo Peçanha (CANP – UFF), passando a ser um *campus*. Consta-se que tal fato traz de antemão para o interior do IFRJ, a relação de duas instituições tão distintas quanto a sua origem e vocação. A consolidada experiência na formação profissional na área industrial, e uma forte trajetória na educação agrícola, passam a compor essa nova instituição (IFRJ).

O IFRJ possui uma estrutura multicampi. Atualmente é composto por 15 (quinze) *campi*: Arraial do Cabo, Berford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda. Tem como órgão executivo a Reitoria, sediada na cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa se delimitará ao estudo do contexto sócio-histórico das duas instituições que deram origem à formação do IFRJ e nos cursos de graduação ofertados pelos *campi*, de modo a obter subsídios para compreender a materialização da educação superior no IFRJ.

Objetivos

O objetivo é compreender como IFRJ cumpre os objetivos estabelecidos para a educação profissional da classe trabalhadora em nível do ensino superior. Para isto, será necessário: analisar o contexto sócio-histórico do IFRJ a partir das instituições que lhe deram origem, identificar os cursos de graduação ofertados pelo IFRJ; traçar o panorama geral de oferta de cursos de graduação no IFRJ, identificar a lógica predominante para a escolha dos cursos de graduação ofertados no IFRJ.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma análise qualitativa, de caráter descritivo, que se insere na categoria de pesquisa documental. Para coleta de informações utilizaremos a técnica de análise documental a partir de fontes primárias e secundárias (documentos institucionais, dispositivos legais, projetos pedagógicos e site).

Resultados

Atualmente, são oferecidos pelo IFRJ, 18 (dezoito) cursos de graduação distribuídos entre oito campi, conforme tabela 1:

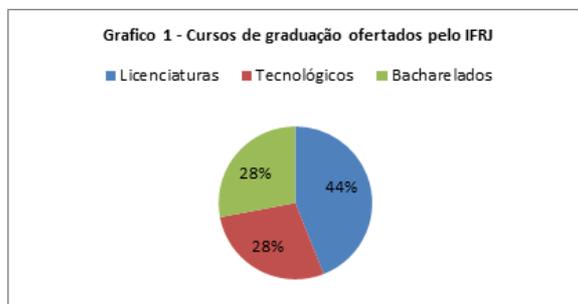
Tabela 1- Quantitativo de cursos de graduação ofertados no IFRJ por campus

Campus	Número de cursos de graduação ofertados
Campus Duque de Caxias	01
Campus Engenheiro Paulo de Frontin	01
Campus Nilópolis	05
Campus Paracambi	01
Campus Pinheiral	01
Campus Realengo	03
Campus Rio de Janeiro	03
Campus Volta Redonda	03
	18

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados.

A tabela 1 demonstra que a oferta dos cursos de graduação no IFRJ está restrita apenas a oito dos quinze *campi* que compõem o IFRJ e evidencia que o Campus Nilópolis é o campus do IFRJ que mais oferece cursos de graduação. Esse dado pode estar atrelado a origem do próprio Campus e sua experiência na oferta de cursos nesta modalidade de ensino. Essa análise compõe a linha de investigação da presente pesquisa e será desenvolvida com mais aprofundamento no decorrer dos estudos.

Ainda sobre os dados levantados foi constatado que os cursos de graduação ofertados atualmente pelo IFRJ: 44% (quarenta e quatro por cento) são cursos de licenciatura, 28% (vinte e oito por cento) são cursos superiores de tecnologia e 28% (vinte e oito por cento) cursos de bacharelado. Para uma melhor visualização desta proporcionalidade, observe o gráfico 1.



Esses dados nos indicam que há no IFRJ, a predominância dos cursos de licenciatura no ensino superior. Esta deve ser uma preocupação pertinente na análise realizada pela pesquisa uma vez que o oferecimento das licenciaturas corresponde a uma proposta de formação pedagógica, há nos Institutos Federais, como um todo, carência em pesquisas no campo da formação docente.

Os cursos superiores de tecnologia é um tipo de graduação de curta duração e numa escala de oferta menor, também aparece no IFRJ. De certa forma, cumprem a uma das demandas para a criação dos IFs que é a criação de cursos superiores rápidos e mais baratos, sem qualquer preocupação com a produção do conhecimento. A criação de cursos superiores de tecnologia no Brasil permite o desenvolvimento de uma formação com baixa base teoria e foco na prática, para a ocupação de um posto de trabalho. Estes, no IFRJ, correspondem a 28% (vinte e oito por cento) dos cursos de ensino superior, e são oferecidos em apenas três dos *campi* que ofertam o ensino superior.

Os cursos de bacharelado, semelhante aos cursos superiores de tecnologia, aparecem na proporção de 28% (vinte por cento) do total das ofertas do ensino superior do IFRJ e se diversificam entre os *campi*, diferente dos cursos de licenciatura, que apesar de ocupar a maior proporção, giram em torno, especificamente, das licenciaturas em química, física, matemática.

Uma vez levantados esse dados, faz-se necessária a sua interpretação face aos documentos legais de criação dos Institutos Federais, aos documentos institucionais que fundamentam a instituição IFRJ e aos aportes teóricos que fundamentam uma leitura crítica sobre a educação profissional para classe trabalhadora, no contexto de uma sociedade capitalista.

Neste estudo, considera-se o que nos aponta Santos (2004, p.8):

a realidade brasileira contemporânea tem evidenciado que a política educacional do País tornou-se um campo privilegiado das ações concretas voltadas para a conformação ética e moral das massas nos limites do projeto neoliberal. A burguesia nacional tem direcionado suas atividades teóricas e práticas para o campo da formulação e gestão de políticas públicas para a educação. Seu intuito é justificar uma racionalidade mais adequada à crise de acumulação do capital: a validade moral da competição, do esforço individual, da rentabilidade dos serviços, como critério de qualidade dos serviços educacionais.

Destaca-se que a Reforma da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é a principal expressão da atual política pública para a expansão da educação superior brasileira, que mesmo sendo precária a ponto de não produzir apropriação de conhecimento técnico operacional suficiente para a ocupação de um posto de trabalho, pelo menos, conforma ética e moralmente a aqueles excluídos do mercado do trabalho, garantindo a eles o direito a certificação de escolaridade e não o direito a educação.

Conclusão

Até o presente momento foi possível concluir que a educação se constrói pelas demandas de valorização do capital e os processos de capacitação ou disciplinamento da força de trabalho são de grande importância para a implantação do projeto burguês para a classe trabalhadora. As reformas na educação ocorridas no Brasil fazem parte do movimento de recomposição da burguesia face de crise do capital. A burguesia necessita da incorporação da classe trabalhadora no seu projeto de sociedade.

A formação/ qualificação profissional no contexto da valorização do capital surge para o atendimento de duas demandas, em especial: formação de exército de reserva e conformação ético-política da classe trabalhadora para a ordem social capitalista.

A forma como esta sendo estruturados, os IFs preveem o direcionamento para a subordinação da educação aos interesses do mercado e como nos indica Otranto (2010, p.106) é bom lembrar que, a educação não é mercadoria, mas um bem que deve ser disponibilizado a todo cidadão, condição indispensável à ampliação da cidadania.

A continuidade da pesquisa se dedicará a compreender como IFRJ através dos cursos de graduação ofertados se organiza para atender as necessidades da burguesia na implantação do seu projeto à classe trabalhadora. Tal compreensão é condição fundamental na construção do debate contrário ao processo de universalização da educação que reduz a formação às necessidades estritas do mercado.

Referência bibliográfica:

BRASIL, **Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Cria os Institutos Federais. Brasília, DF.

MANCEBO, Deise, SILVA JR, João dos Reis. Expansão da educação superior e a reforma da rede federal de educação profissional. **Revista Educação em questão**, Natal, v.51, n.37, p.73-94, jan/abr de 2015.

MANCEBO, Deise, VALE A. A. do, MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil, 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v.20, n.60, jan/mar de 2015.

OTRANTO, C. R., PAIVA, Liz Denize Carvalho. Contextos Identitários dos Institutos Federais no Brasil: implicações da Educação Superior. **Educação e Fronteiras On-line**, Dourados/ MS, v. 6, n.16, p.07-20, jan/abr de 2016.

OTRANTO, C.R. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETS, **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas (RETTA)**. UFRRJ/PPGEA, Seropédica, RJ: EDUR, v.1, p.07-20, jan/abr.2016.

SOUZA, José dos Santos. A formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe. **Revista Contemporânea**, Salvador, v.10, n.20, jul/dez de 2015.

_____, José dos Santos. Desafios do trabalho docente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros. In: MAUÉS, Olgaíses C.; SOUZA, José dos Santos; SEGENREICH, Stella C. D.. **Expansão da Educação Superior: formação e trabalho docente**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.p.65-86.

_____, José dos Santos. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.13, nº 22, p.1-15, set-dez / 2003.